

FACULDADE LABORO
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL

ANA CAROLINE FERREIRA SILVA COELHO

AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA CONFIGURAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA
NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: As famílias vulnerabilizadas e
as respostas do Estado.

ITAPECURU-MIRIM
2016

ANA CAROLINE FERREIRA SILVA COELHO

**AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA CONFIGURAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA
NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: As famílias vulnerabilizadas e
as respostas do Estado.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Especialização em Políticas Públicas e
Gestão da Assistência Social da Faculdade
Laboro, para obtenção do título de Especialista em
Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social

ITAPECURU-MIRIM
2016

ANA CAROLINE FERREIRA SILVA COELHO

**AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA CONFIGURAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA
NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: As famílias vulnerabilizadas e
as respostas do Estado.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social da Faculdade Laboro, para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa.Me.Ludmilla Barros Leite Rodrigues (orientadora)

1° Examinador

2° Examinador

RESUMO

O presente trabalho tem como tema as transformações ocorridas na configuração da família brasileira no contexto do capitalismo contemporâneo e as respostas do Estado às famílias vulnerabilizadas. O interesse pelo assunto deu-se pela utilização de categorias de análise sem o devido conhecimento ou discernimento quanto às matrizes teóricas às quais estão vinculadas, na descrição das ações profissionais onde em sua maioria predomina a utilização indiscriminada de determinadas categorias que demonstram a precária clareza metodológica sobre o escopo de suas ações. Um exemplo disso é a dissociação que fazem entre a categoria “famílias desestruturadas” e a referência da escola estrutural-funcionalista, no âmbito de um discurso crítico responsabilizando esta instituição primária de socialização por grande parte das expressões da questão social. O trabalho é de caráter bibliográfico e de natureza qualitativa e utiliza o materialismo histórico dialético como método e tem como objetivo demonstrar a influência do capitalismo na configuração da família, e as respostas dadas pelo Estado, no primeiro capítulo se trata de abordagem histórica perpassando o período primitivo da história até o arquétipo aos moldes da conveniência e legitimação do sistema capitalista, e o segundo capítulo os dilemas e desafios postos a Sociedade/Estado e as respostas que o mesmo vem tentando estabelecer na ambiguidade das relações sociais.

Palavra-Chave: Família. Sistema Capitalista. Estado. Respostas. Vulnerabilidades.

ABSTRACT

This work has as its theme the transformations in the Brazilian family setting in the context of contemporary capitalism and state responses made vulnerable families. The interest in the subject was due to the use of categories of analysis without proper knowledge or insight into the theoretical frameworks which are linked in the description of the professional actions which mostly dominated by indiscriminate use of certain categories that demonstrate the precarious methodological clarity about the scope of their actions. An example is the dissociation that are among the category "broken families" and the reference to the structural-functionalist school, within a critical discourse blaming this primary institution of socialization for much of the expressions of the social question. The work is bibliographic and qualitative and uses the dialectical historical materialism as a method and aims to demonstrate the influence of capitalism in the family setting, and the answers given by the State, in the first chapter deals with historical approach permeating the period primitive history to the archetype to mold the convenience and legitimacy of the capitalist system, and the second chapter of the dilemmas and challenges posed Society / State and the responses that it has been trying to establish the ambiguity of social relations.

Keyword: Family. Capitalist system.State. Reset. Vulnerabilities.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	JUSTIFICATIVA.....	07
3	OBJETIVOS.....	08
4	METODOLOGIA.....	09
5	A FAMÍLIA: uma breve abordagem histórico-social.....	10
5.1	Tendências contemporâneas e as diferentes concepções de família.....	20
5.2	Considerações sobre a família brasileira.....	26
6	A FAMÍLIA BRASILEIRA SOB A AUTOCRACIA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	31
6.1	Dilemas e desafios impostos à sociedade e ao Estado diante das novas configurações da família brasileira.....	34
6.2	Famílias e suas vulnerabilidades sociais: Uma expressão da questão social.....	36
6.3	As respostas do Estado brasileiro e a proteção social à família na contemporaneidade.....	41
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	Referências.....	

INTRODUÇÃO

Abordar o tema família nos remete a compreensão de que não existe um modelo, forma ou padrão único, considerando as diferentes modificações pelas quais esta instituição, historicamente, vem passando face às diversidades e multiplicidades que englobam a sua formação. Em contrapartida, o estudo sobre família no Brasil ainda é recente e a bibliografia do ponto de vista do materialismo histórico dialético – referencial teórico que orienta as reflexões e análises contidas no presente estudo é restrita. Como fundamentação parte-se do reconhecimento da estreita relação entre a instituição família à estrutura social capitalista, buscando a análise em sua totalidade, de forma a identificar os determinantes que alteram suas configurações e as respostas dadas do Estado às famílias vulnerabilizadas, uma vez que, é intrínseco do sistema capitalista a produção das desigualdades sociais através das diversas expressões da questão social

De acordo com o dicionário de Aurélio (FERREIRA 2001, p.312), família é o conjunto de pessoas aparentadas que vivem geralmente, na mesma casa, particularmente o pai, mãe e os filhos, significando ainda pessoas do mesmo sangue, origem, ascendência, conjunto de ancestrais ou descendentes. Para a antropologia o conceito de família, vai além destas definições, e passa a visão etnocêntrica, transcendendo à visão subjetiva do ser e cultura. Porém, na visão histórico dialético, a família é considerada como uma instituição social e tem papel fundamental na reprodução do capital e conseqüentemente, na reprodução das desigualdades.

Assim o interesse pelo estudo do tema ora proposto, pauta-se no caráter de família enquanto instituição social e historicamente determinada pelas inflexões do capitalismo que modifica suas configurações e impõe sua forma de organização. A hipótese preliminarmente formulada e que orientou o estudo foi a de que as famílias brasileiras são moldadas a partir do modo de produção capitalista e as respostas às famílias mais vulnerabilizadas é de um estado mínimo e de negação de direitos. Neste sentido, houve a necessidade de entender as mudanças ocorridas nos arranjos das famílias e suas novas configurações, a partir das influências sofridas pelo modo de produção capitalista, analisando o poder exercido pelo referido sistema, abrangendo o espaço de reconfiguração das mesmas no âmbito brasileiro, onde tais influências geram ou agudizam as expressões da questão social, e são respondidas de forma mínima pelo Estado.

2 JUSTIFICATIVA

“O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-político norteador do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objeto de trabalho do Assistente Social” (IAMAMOTO 2004; p.56)

O presente trabalho justifica-se pela necessidade em entender o processo histórico perpassado pela família para entendê-la em suas novas configurações analisando a dinâmica e os desafios enfrentados pelas mesmas. Observamos o aumento dessas discussões a cerca da família no final dos anos 1970 que emerge uma preocupação com as famílias enquanto foco da intervenção estatal. Em nível nacional, as lutas dos movimentos de mulheres e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua trouxeram à tona tal preocupação: partia-se da compreensão de que não basta traçar legislações e políticas sociais específicas para crianças, adolescentes, idosos ou mulheres, se não for levado em conta que estes sujeitos estão vinculados à família. Decorrente desse movimento, a Constituição Federal de 1988 incorporou a discussão sobre a importância da família na proteção social: esta passa a ser percebida, juntamente com a sociedade e o Estado, como responsável pelo “cuidado” de seus membros, especialmente crianças e idosos (as). É fundamental que as políticas sociais se voltem para as famílias, no sentido de superar as abordagens fragmentadas e individualizantes, sendo o Estado responsável pela concretização dos direitos sociais. Nesta conjuntura, as análises sobre a família tornam-se cada vez mais relevantes, no sentido de compreender as facetas desta instituição na contemporaneidade, bem como o significado das políticas sociais voltadas para tal público-alvo.

3. OBJETIVOS:

3.1. GERAL:

Discutir as transformações sofridas pela família brasileira a partir do capitalismo contemporâneo e as respostas dadas pelo estado às famílias vulneráveis.

3.2. ESPECÍFICOS:

1-Ilustrar as condições que se defrontam as famílias brasileiras e, assim, entender as dificuldades que estas enfrentam para oferecer proteção social aos seus membros;

2-Problematizar a questão da centralidade da família no contexto das políticas sociais no Brasil e

3-Refletir sobre os motivos para a postura de priorização das famílias na agenda das políticas sociais

4. METODOLOGIA.

As inquietações a cerca da pesquisa se deram a partir de expressões do senso comum, tais como: “a culpa é da família desestruturada”. A partir destas colocações buscou-se a revisão da literatura constituída por livros, periódicos, dissertações, publicados na literatura nacional da área das chamadas Ciências Sociais Aplicadas, tais literaturas foram definidas a partir de palavras chaves como: família, capitalismo, políticas públicas, enfim, e de autores, que utilizam-se do materialismo histórico dialético e ainda das respostas a estas famílias que possuem sua configuração determinadas por este sistema. A proposta não é apenas uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas sim, proporcionar o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Trata-se de uma pesquisa exploratória com utilização de procedimentos bibliográficos que leva a discussão [...] da historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições sociais [...] (MINAYO, 2010), a partir de autores que consideram a perspectiva histórica dialética sob o determinante modo de produção capitalista, pois, o materialismo histórico dialético foi utilizado por ser o método que mais se aproxima das especificidades que circundam os fenômenos estudados, pois:

[...] Considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as condições sociais [...] E enquanto método propõe abordagem dialética... (MINAYO, 2010, p.22).

O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado, neste caso, não que a categoria família seja “nova”, porém a atribuição de todas as responsabilidades a ela nos chama atenção, por isso o interesse pela pesquisa exploratória, para conhecer mais sobre este assunto.

5. A FAMÍLIA: uma breve abordagem histórico-social

Os grupos familiares existentes em nosso cotidiano podem ser entendidos como frutos do processo histórico, em que os padrões, costumes e necessidades da sociedade, gestados ao longo do tempo, ajudaram a moldá-los, assim como os papéis de cada membro da família. Esta dinâmica das famílias ocorre de modo ativo de geração para geração, em movimentos gradativos. Vejamos então, os modelos mais antigos em que se explicitavam as relações entre pais e filhos nos seus diferentes papéis, bem como as diversas relações entre seus componentes. Conforme (SARTI 2005 *apud* OLIVEIRA, 2012).

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, supondo evidentemente que isto se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos, entre marido e mulher). “Sabemos que não há realidade humana exterior à cultura, uma vez que os seres humanos se constituem em cultura, portanto, simbolicamente” (SARTI, 2005. p.27, *apud* OLIVEIRA, 2012).

Na Grécia e na Roma antiga a família era caracterizada pelo patriarcalismo, todas as pessoas viviam sob o teto do pai da família e eram subordinadas a ele. O pai tinha todo poder sobre seus dependentes, incluindo sua mulher, escravos, parentes e filhos, os quais lhe deviam respeito e obediência. O poder sobre os seus filhos, era o mesmo que tinha sobre os seus escravos, podendo-lhes conceder a vida ou a morte, os favores ou os rigores da lei. A justiça que o pai aplicava no âmbito doméstico era de sua alçada exclusiva, não restando aos que se julgassem prejudicados qualquer recurso. Este poder que o “pater familias” possuía, era exercido desde o primeiro dia de nascimento de seu rebento, já que o pai tinha o direito de aceitar ou rejeitar o recém-nascido, chegando a ponto de poder vender seu próprio filho como escravo ou matá-lo, se julgasse oportuno. Observa-se a influência que o escravismo, base da vida econômica e social das antigas sociedades grega e romana, exerceu sobre a constituição do modelo familiar em que o pai era a autoridade máxima da casa, detendo em suas mãos um poder

descomunal e sobre seus dependentes, o poder de aceitar ou rejeitar, conservar ou vender, preservar a vida ou determinar morte de seus filhos e dependentes¹.

Mais tarde, já na era cristã, os poderes do “pater familias” no Império Romano foram limitados com a proibição da pena de morte sobre os filhos. Mesmo assim neste modelo familiar da antiguidade clássica os filhos e mesmo a mulher, igual a todos dependentes, continuavam sendo propriedade do chefe da família e considerado como coisas sua, indivíduos esvaziados do sentido de humanidade por força das leis e dos costumes então vigentes. Após a invasão do Império Romano pelas tribos germânicas, no século XII, teve início o período denominado Idade Média apresentando mudanças fundamentais nas sociedades. No início deste período, as sociedades eram essencialmente rurais, dependentes da agricultura e com uma estratificação social rígida e estática. A mentalidade do homem medieval passou a ser regida pela sua fé religiosa, crendo-se que o modelo social em que viviam, era decorrente da vontade divina e/ou um reflexo do céu para o qual deviam preparar-se nesta vida terrena. A igreja Católica tinha o domínio e o monopólio sobre as mentes de milhões de indivíduos dos mais diversos países. Nesta época, a família também experimenta tal mudança, que de modo geral, passou a se falar de dois tipos: a família nobre e família camponesa. A família nobre era formada por senhores de terras que cuidavam em preparar-se para a guerra e em manter a ordem em seus domínios. Valorizava-se, assim, no desenvolvimento da educação de seus filhos, a ideia de hierarquia, os valores de obediência e lealdade a seus superiores, o preparo nas armas com o objetivo de, um dia, torná-los cavaleiros. Já a família camponesa tinha sua vida em torno da produção agrícola da qual participava todos seus componentes. Os membros desta família tinham poucos momentos de intimidade, pois grande parte do tempo era preenchido no desenvolvimento de atividades, tanto para os adultos quanto para as crianças, no espaço da comunidade. Nos séculos XIII, XIV e XV, justamente a partir do período final da Idade Média e começo da Moderna, mais especificamente na época do Renascimento, que a criança ganha um súbito valor para a sociedade, tida como um indivíduo diferenciado do adulto, com especificidades próprias².

Conforme afirma ARIES (1981):

Na Idade Média esse sentimento não existia. Quando a criança não precisava mais do apoio constante da mãe ou da ama, ela ingressava na vida adulta, isto é,

¹Oliveira, op. cit

²Ibid., p. 03-04

passava a conviver com os adultos em suas reuniões e festas. Essa infância muito curta fazia com que as crianças ao completarem cinco ou sete anos já ingressassem no mundo dos adultos sem absolutamente nenhuma transição. Ela era considerada um adulto em pequeno tamanho, pois executava as mesmas atividades dos mais velhos. Era como se a criança pequena não existisse. A infância, nesta época, era vista como um estado de transição para a vida adulta. O indivíduo só passava a existir quando podia se misturar e participar da vida adulta. Não existia um tratamento especial para as crianças, o que tornava sua sobrevivência difícil. Todas as crianças, a partir dos sete anos de idade, independente de sua condição social, eram colocadas em famílias alheias à suas, para aprenderem os serviços domésticos. Os trabalhos domésticos não eram considerados degradantes e constituíam uma forma comum de educação tanto para os ricos como para os pobres. No final do século XVI a criança já tem consolidada sua posição de “ser” diferente. Esta mudança é relevante se levarmos em conta que em grande parte da Idade Média a criança era considerada como um adulto em miniatura a quem era requerido o desempenho de diversas obrigações diárias, similares às dos adultos.

Ainda conforme ARIES (1981):

A noção de criança bem educada não existia no século XVI, formou-se no início do século XVII através de visões reformadoras da elite de pensadores e moralistas que ocupavam funções eclesiásticas ou governamentais. Com essa preocupação a criança bem educada seria preservada das rudezas e da imoralidade, que se tornariam traços específicos das camadas populares e dos moleques. É em meados do século XVII que surge a preocupação com a educação formal dos filhos, principalmente no seio da burguesia, já acostumada a conviver numa família menor, compostas por um número limitado de componentes: os pais rodeados por seus filhos, residindo numa mesma casa. No início do século XVII, foram multiplicadas as escolas com a finalidade de aproximá-las das famílias, impedindo desse modo, o afastamento dos pais-criança. Neste século também foi criando para a criança um traje especial que as distinguiu dos adultos. Foi no século XVIII que se completou o surgimento da família denominada nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Este modelo típico veio a se consolidar em fins deste século, com a multiplicação dos colégios, representando a liberação da mãe da obrigatoriedade de ser educadora exclusiva dos seus inúmeros filhos. A família nuclear tem no pai o seu provedor e na mãe a fonte dos cuidados do lar. Nela podemos ver nitidamente a separação entre o espaço público e o privado, e assim pouco se envolve com as

atividades e eventos do mundo externo. Os filhos tornaram-se o centro dos cuidados e preocupações dos pais, tornando-se impossível perdê-los ou substituí-los sem passar por um grande sentimento de dor.

Ainda segundo o autor, apesar da consolidação da família nuclear ter ocorrido no século XVIII, foi no século XIX, auge do capitalismo industrial, que ela encontrou seu apogeu como modelo familiar dominante, principalmente devido à multiplicação da classe média nas sociedades europeias e das facilidades domésticas advindas da industrialização. Todas estas mudanças tiveram influência nos modelos familiares vigentes: ao lado do crescimento do modelo nuclear, demonstrando o surgimento da família proletária. Ao lado das mudanças econômicas e sociais causadas pelo crescimento do capitalismo industrial do século XIX, destaca-se a mudança de valores, hábitos e comportamentos advindos da industrialização crescente tais como: a liberdade individual, a auto-satisfação e o consumismo materialista. Observa-se a exaltação do indivíduo como o portador de inúmeros desejos lícitos, os quais, a produção de bens em escala deveria satisfazer. Este indivíduo não era mais simplesmente o cidadão, súdito, nobre, plebeu ou burguês, mas ganhou a denominação genérica de consumidor, voraz senhor de inúmeras coisas.

A família nuclear sofreu ao longo das décadas do conturbado século XX, mudanças significativas, notadamente em relação ao papel da mulher no seio da família. Isto é, após a Primeira Guerra Mundial as mulheres na Europa começaram a ingressar na vida profissional, conquistando direitos sociais e políticos como, por exemplo, o direito ao voto. Conforme afirma FALCÃO (2003) a inserção da mulher no mercado de trabalho, iniciou com as I e II Guerras Mundiais em que as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho. Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Mesmo com estas conquistas algumas explorações continuaram a existir. Através da evolução dos tempos modernos as mulheres conquistaram seu espaço.

Segundo ENGELS (1984) As primeiras referências do estudo da família datam 1861, com o direito materno de BACHOFEN (1861) (*apud* ENGELS 1984), que formulou e defendia as seguintes teses: primitivamente, os seres humanos viviam em uma fase chamada heterismo, que segundo o autor, é um estado de promiscuidade sexual, onde conseqüentemente não era possível definir a paternidade da criança a não ser por linhagem materna, pois a mulher tinha vários

parceiros sexuais, e isto se deu em todos os povos antigos e por conta disso, a mulher gozava de plenos poderes, respeito e apreço pela tribo. Este domínio absoluto foi chamado pelo autor de ginecocracia. Já a passagem para a monogamia, em que a mulher pertence a um só homem, incidia na transgressão de uma lei religiosa muito antiga, ou seja, esta transgressão devia ser castigada, ou cuja tolerância se compensava com a posse da mulher por outros, durante determinado período. BACHOFEN (1861) (*apud* ENGELS 1984) encontrou as provas dessas teses em numerosos trechos da literatura clássica antiga, por ele reunidos com zelo singular, à passagem do 'heterismo', à monogamia e do direito materno ao paterno, segundo o autor processa-se particularmente entre os gregos em consequência do desenvolvimento de concepções religiosas, portanto, não foi o desenvolvimento das condições reais de existência dos homens, mas o reflexo religioso dessas condições no cérebro deles, o que foi determinante para as transformações históricas na situação social recíproca do homem e mulher.

Segundo MORGAN (*apud* ENGELS, 1984) as famílias foram por ele classificadas em três épocas principais: estado selvagem, barbárie e civilização, subdivididas em fase inferior, média e superior, o autor se ocupa principalmente de detalhar as duas primeiras e de como se deu a passagem à terceira fase, pois para o mesmo, as duas primeiras fases são decisivas para o papel de domínio do homem sobre a natureza, concluindo que todas as grandes épocas de progresso da sociedade coincidem de modo mais ou menos com as épocas que se ampliam as fontes de existência da humanidade, em paralelo às três épocas principais e suas subdivisões acontecia o desenvolvimento da família, porém não permitindo critérios conclusivos para a delimitação dos períodos, ou seja, mesmo o autor classificando em três épocas principais e subdividindo as mesmas, não se consegue chegar a estas mesmas classificações para a formação das famílias, não se encontrava nessas famílias igualdade de formação, no que tange à sua estruturação, ao se chegar ao estágio da civilização, 'forma padrão' encontrada até os dias atuais, observa-se as características das famílias com as seguintes formações:

A família consanguínea - neste tipo de família os grupos conjugais classificam-se por gerações, ou seja, a cada geração estes são maridos e esposas simultaneamente, uma espécie de incesto, em que membros da mesma família mantinham relações sexuais entre si, este tipo de família desapareceu, porém a certeza de que existiram é o sistema de parentesco havaiano ainda vigente na

Polinésia e que expressa graus de parentescos que só puderam surgir com esta forma de família.

A família Punaluana - que se caracteriza principalmente por selecionar um parceiro íntimo o qual já não era um “parente” tão próximo, esta já se dava a partir de primos de 2º grau e possuía esse nome por atribuir ao companheiro sexual o nome de punalua que significa companheiro íntimo.

A família sindiásmica - que se configurava pela escolha da parceira sexual favorita, embora os homens continuassem também com outras mulheres da tribo, e em algumas destas já se observava a exigência de fidelidade desta companheira, embora nem sempre este desejo fosse cumprido. Este período de transição se dá entre a fase média e a fase superior da barbárie; seu triunfo definitivo é um dos sintomas da civilização nascente, o objetivo deste predomínio era obter a paternidade indiscutível para o domínio da propriedade.

A família monogâmica representou a evolução do que já se iniciara na sídiásmica, ou seja, o fortalecimento da hierarquia paterna para que os filhos herdassem os bens paternos e os controlassem. De acordo com Engels (1984, p.84).

A origem da monogamia tal como pudemos observá-lo no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. Ela não foi de modo algum, fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha a ver já que os casamentos continuavam sendo, como antes casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas em condições econômicas e, de modo específico, no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva que havia surgido espontaneamente. [...] os únicos objetivos da monogamia eram o domínio do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus e que estavam destinados a herdar suas riquezas. De resto o casamento era para eles um peso, um dever para com os deuses, para com o Estado e para com seus antepassados, dever que estavam obrigados a cumprir.

A concretude da monogamia lança na história uma nova fase, novos desejos e atribuições para homens e mulheres. O conceito histórico de família vem de “*famulus*” que significa escravo doméstico, significado introduzido por Roma e tribos latinas, este mesmo conceito já traz a noção de poder envolvida nessas relações, poder este, que esta intrinsecamente ligada ao surgimento do sistema de produção capitalista, com o começo da agricultura e da escravidão, e depois que os rebanhos passaram a ser definitivamente propriedade da família, foi o passo decisivo segundo a história, para a consolidação do sistema capitalista, que viu nesta organização

social, ou seja, a partir dessa espécie de casamento, a forma mais segura de legitimá-lo;

Essa era a situação que a produção capitalista encontrou quando, a partir de descobrimentos geográficos, pôs-se a conquistar o domínio do mundo por meio do comércio mundial e da indústria manufatureira. É de se supor que esse modo de contrair matrimônio lhe conviesse exclusivamente e realmente assim o foi. [...] seria precisamente o capitalismo que haveria de abrir nesse modo de contrair matrimônio a brecha decisiva. Ao transformar todas as coisas em mercadorias, a produção capitalista destruiu todas as relações tradicionais, vindas do passado, substituindo os costumes herdados e os direitos históricos pela compra venda e “livre” contrato. (ENGELS, 1881, p.101)

Áries (1981) nos traz a ideia de família nuclear burguesa que conhecemos como pai, mãe e filhos e coloca como uma realidade relativamente recente. Em seus estudos, ele se fundamenta em duas teses básicas: a primeira é um esforço na tentativa de interpretar as sociedades tradicionais, no que se refere à existência ou não de um sentimento de infância e da família nestas sociedades, e na segunda, ele tenta mostrar o novo lugar assumido pela criança nas sociedades industriais e como isso dá a família um caráter específico.

Segundo Áries (1981), a primeira família moderna foi a dos homens ricos e importantes. À medida que a burguesia nascente sentia as pressões da sociedade, onde a maior parte das vezes imperava a miséria, ou seja, os primeiros indícios das refrações da questão social, a mesma foi gradativamente se recolhendo ao recesso de suas casas e igualmente se isolando e reformulando seus valores. Portanto, conforme nos afirma Engels (1984), as famílias antes eram formadas por espécie de tribos onde, ambos pertenciam sexualmente a todos, ou seja, antes da monogamia se consolidar existiram outras organizações familiares e nelas as ‘regras’ que hoje se percebe em alguns estágios da sociedade eram totalmente inexistentes como já citada acima, ou seja, não existiam determinadas regras de comportamento principalmente no que se refere à sexualidade, as quais já começam a serem impostas por conta das nascentes famílias monogâmicas. Logo, as famílias não viviam de forma isolada e até mesmo na época da burguesia nascente não eram comuns às famílias, as ideias de privacidade, fundamento âmbito do sistema capitalista.

Ainda segundo ENGELS (1984), até o século X, a família, inclusive no que se refere ao patrimônio, não tinha muita tradição, pois ainda não havia se difundido a

ideia da propriedade privada, porém a partir daí, a propriedade passa a ganhar força assegurada pelo Estado.

A partir do século XV as crianças (em específico os meninos) passam, a ser educados em escolas e a família começa a se concentrar em torno delas, garantindo especificamente a passagem de conhecimento para cada geração, assegurando as concepções de linhagens. Do século XV até o XVII, reconfigura-se todo este processo de organização familiar em que a mulher perde seus poderes³ e legitima-se o poder do homem na família. Podemos constatar a reconfiguração familiar, ou seja, atividades que eram antes exclusividades das tribos por determinação das mulheres, agora passam a ser exclusivamente dos homens para que desta forma, pudessem ter o poderio de tudo que perpassa a instituição família. A passagem da família medieval para a família moderna do século XVII marca a separação entre o público e o privado, com ênfase na intimidade familiar e privacidade dos indivíduos na própria família, incluindo-se também a estrutura física para assegurar a privacidade, abrangendo todas as camadas sociais (ÁRIES, 1981).

Desta forma, entre a era primitiva até a era moderna, a família passou por profundas transformações impostas pelo 'nascimento' do capitalismo, que institui esta organização para assegurar a propriedade privada e os bens, inclusive o gado humano, isto é, os escravos (ENGELS, 1984).

Conclui-se então que ao longo da história, o sistema capitalista veio moldando a instituição família de forma tal que assegure e legitime a sua lógica, nos permitindo afirmar que a configuração da família não está intrinsecamente ligada a escolhas 'subjetivas', por mais que possa parecer.

Por outro lado, a subjetividade característica na instituição família, apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar e, enquanto núcleo afetivo apresenta aspectos positivos tais como: apoio, solidariedade, oportunidade de formação social, caráter. Contudo, não deixa de ser uma imposição normativa através de leis, usos e costumes que implicam em determinado comportamento, tornando-se assim, um elemento de coação social gerador de conflitos e ambiguidades. A família é uma instituição histórica determinada pelo movimento do capitalismo e como instituição histórica, esta se caracteriza como nos sugere SILVA

³Nos tempos primitivos segundo Engels (1891) as mulheres tinham o chamado direito materno, ou seja, os filhos eram contados por linhagem feminina, visto os vários parceiros sexuais e a dificuldade que se tinham para assegurar a paternidade da criança, sendo assim eram as mulheres que decidiam o proceder da gens.

(1982), pelo partilhar das ações por um grupo particular de pessoas, pela historicidade e pelo controle que exercem sobre seus membros. Conforme corroboramos com a autora.

Se concebermos a instituição [...] temos que admitir que a família, instituição aparentemente natural e defendida como tal por força do processo de objetivação que sofre e através do qual é interiorizada na consciência dos indivíduos e mantida pela força coercitiva dessa interiorização, é fruto da história humana, sujeita, portanto, às determinações dessa história. (SILVA, 1982, p.48).

Como se pode perceber a autora nos afirma que a família exerce controle sobre seus membros e partilha ações comuns de um grupo particular de pessoas. Ao se concordar que a família é uma instituição social, temos igualmente que admitir que a mesma sofra as determinações de base econômica, ao mesmo tempo em que serve com relativa autonomia, na qualidade de formação superestrutural (SILVA, 1984). Parafrazeando ALTHUSSER (1987), esta serve como aparelho ideológico de Estado, tornando-se uma ferramenta para o sistema capitalista no que diz respeito à adesão das imposições colocadas pelo mesmo, ou seja, a família é inflexionada pelos determinantes da lógica da reprodução do sistema capitalista, servindo para legitimar a reprodução da ordem imposta. Ainda segundo a autora baseada em seus estudos que referendam Marx, esta corrobora que só existem duas classes fundamentais: a classe dominante e classe trabalhadora e que a família na qual a criança irá nascer determinará sua condição social, o que não implica dizer que tal classe não tenha desejo de pertencer à outra que lhe é antagônica, uma vez que é função da ideologia obter o consenso e adesão de determinados valores. Esses valores, por sua vez, servem não só para reprodução de determinada ordem social, mas principalmente para legitimação e manutenção desta.

A família, portanto, dá o caráter de classe àquele que nasce em seu seio. É óbvio que sempre haverá a possibilidade de uma pessoa originária de determinada classe social passar a outra. Mas isso é um fato individual. Além disso, se a determinação de classe se dá principalmente pelo acesso à posse, ou não dos meios de produção, esta será sempre condição básica à determinação de classe a que pertence o indivíduo. (SILVA, 1982, p.50).

Cada período histórico corresponde a uma forma de dominação do sistema capitalista sob a família determinando sua configuração, ditando como e quais são as 'regras do jogo'. Portanto, se a criança já nasce para reproduzir a condição social, a família serve para legitimar esta condição, o que significa dizer que o sistema capitalista por meio do Estado, impõe as famílias deveres que "lhes seriam próprios", sendo assim, a organização da vida familiar depende do que a sociedade, através

de seus usos e costumes espera de um pai, mãe, dos filhos e de todos os membros que o compõe. Nesta perspectiva é o Estado que se utiliza da família para poder exercer um controle sobre os sujeitos, impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme cada momento histórico. Silva, (1984) enumera as funções a serem cumpridas pelas famílias para a reprodução da ordem imposta pela sociedade capitalista:

1. Garantir a reprodução física e social dos indivíduos que constituirão a força de trabalho.
2. Garantir a reprodução física em níveis compatíveis a demanda do capital, nem tão escassa que ponha em risco os mecanismos de barateamento da força de trabalho, tornando-a cara, nem tão abundante que obrigue o investimento em serviços superiores aos adequados à formação de excedente ou alteração na dinâmica salarial.
3. Garantir a manutenção da prole dentro dos quadros familiares, de forma a não transferir pra a sociedade em geral o custo social de sua manutenção, necessidade de legalização, dos vínculos, atribuições de responsabilidades.
4. Formar a consciência dos indivíduos no sentido da dinâmica do processo, de aceitação de valores de modernização, de aceitação de mobilidade física e da hierarquização necessária à produção, aceitação da ideologia da propriedade privada, da divisão social do trabalho (em geral e segundo os sexos).
5. Garantir que o grupo familiar se caracterize como unidade de consumo. (SILVA, 1984, p. 57).

Nas origens primitivas, as famílias que viviam em estado comunista não vivenciavam ambiguidades e divergências, pois de fato não existia a desigualdade entre os membros da família, todos tinham as mesmas responsabilidades, os mesmos desígnios, claro que com uma dose de equilíbrio, porém as ambiguidades eram bem menores ou quase imperceptíveis se traçado um paralelo com o sistema de produção capitalista. Fica, portanto, explícito o quanto o papel da família nas origens primitivas que se organizavam em forma de gens, tinham seus afazeres definidos e claros. Porém, divergente do sistema capitalista, não havia tamanhas distinções nem um sistema de poderio tão aguçado como o do capitalismo, a família agia em comunhão tratando com prioridade os anciãos, enfermos e inválidos e dividindo as tarefas em comum.

Não pode haver pobres nem necessitados. A economia doméstica é comunista e a gens têm consciência de suas obrigações para com os anciãos, os enfermos e os inválidos de guerra. Todos são iguais e livres, inclusive as mulheres. (ENGELS, 1984, p. 108).

Apenas com a implantação do sistema capitalista é que foi tudo modificado, os valores se inverteram, as relações se modificaram, para que a família fosse uma reprodução de força de trabalho para a classe dominante era preciso uma instituição

que legitimasse seu poder, sua ideologia. Assim o Estado constitui-se instrumento para assegurar a reprodução do capitalismo sua ordem e lógica. Como afirma ENGELS (1984).

Em resumo a riqueza passou a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da gens foram pervertidas para justificara obtenção de riquezas pelo roubo e pela violência. Só faltava uma coisa: uma instituição que não só protegesse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas de constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada e declarasse essa consagração como à finalidade mais elevada da comunidade humana, mas também imprimisse o selo do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade que se desenvolviam uma sobre as outras e, portanto, a acumulação cada vez mais acelerada das riquezas uma instituição que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classe, mais também o direito de a classe possuidora explorar aquela que pouco ou nada possuía e a dominação de uma sobre a outra é então que nasce o Estado. (ENGELS 1984, p.87).

Com o surgimento da escola, da privacidade, a preocupação de que os filhos seriam os herdeiros de todos os bens de seu pai e com a consolidação do “amor” familiar, principalmente legitimado pela Igreja no início do século XVIII, começa-se a delinear a família nuclear burguesa como já referido. Foi principalmente este modelo de família que se estereotipou como forma “ideal” de família. Aceitaram como verdade estabelecida, a relação baseada na “hierarquia e subordinação, poder e obediência” (MATURANA, apud SZYMANKI, 1998).

5.1 Tendências contemporâneas e as diferentes concepções de família

O encolhimento do âmbito do mercado torna-se crítico a partir da exaustão do 'boom' de reconstrução pós-guerra, pelos meados da década de 1960. A saturação do estágio intensivo com o desenvolvimento das técnicas de produção (e crescente automação), dando lugar a uma crise de superprodução. Esse é o *estágio contemporâneo* ou *capitalismo tardio*. SOARES (2009)

Conforme a autora, as manifestações externas da crise constituem as 'características' do capitalismo tardio ou contemporâneo, entre as quais as principais são além da continuada expansão da intervenção do Estado, a tremenda expansão da capacidade produtiva via desenvolvimento tecnológico resultando ao mesmo tempo em superprodução e em diminuição da força de trabalho empregada na indústria e sua realocação em serviços (donde o termo um tanto mais próprio seria a 'terceirização'), colocando a questão adicional da medida em que a provisão dos serviços em expansão pode ser produzida enquanto mercadorias. A crise provoca a reação neoliberal que procura

sustar o estreitamento do espaço da produção de mercadorias, enquanto procura apresentar-se como tendências de filantropia em vez de políticas deliberadas. A ideologia neoliberal centra-se numa primeira vertente, na apresentação do capitalismo contemporâneo, apresentando-o como algo novo, através de um arsenal de pseudoconceitos tais como globalização, privatização, associado um tanto paradoxalmente ao anúncio do fim da história assegurando a perpetuação do *status quo* (a sociedade burguesa). Numa segunda vertente, o discurso da desqualificação do Estado enquanto provedor de infraestrutura física e institucional ou como representante do interesse coletivo, legitimando as mais variadas formas e sub-formas de uma 'sociedade organizada'.

Ainda segundo SOARES (2009) as políticas neoliberais, sem lograr reconstituir o âmbito do mercado, acabam se resumindo em movimentos de desmonte do Estado de bem-estar, de concentração de capital e de renda e o prolongamento insustentável do endividamento para financiar o consumo, enquanto o centro de gravidade da produção social desloca-se da indústria para os serviços, dando origem aos fenômenos conhecidos como 'desindustrialização' e 'terceirização'. As 'novas' formas de enfrentamento da questão social, postas pelo Estado, capital e sociedade, a partir dos anos 1980, e aprofundadas na contemporaneidade, atingem o modo de fazer política social e se consubstanciam nas estratégias de "participação solidária" da sociedade civil. Esta tem reatualizado estratégias históricas constituídas pelas classes sociais no enfrentamento de mazelas sociais, como a filantropia, o trabalho voluntário, o cooperativismo, dentre outras, cuja capacidade de "desmonte" dos sistemas de proteção social público, pelo menos do modelo que se expandia nos pós-guerras servia de referência enquanto tipo ideal para a expansão das políticas sociais avança crescentemente, principalmente nos países de menor resistência, tradição e legitimidade nesse modelo de política social. Os determinantes desses processos imediatos são as transformações no sistema produtivo. Não apenas uma modificação técnica e tecnológica dos processos de trabalho, mas também uma ofensiva classista que visa antes atingir a classe trabalhadora, tanto em seus mecanismos de organização, quanto em suas conquistas históricas de proteção pública, deslegitimando o espaço público (estatal), no trato das refrações da questão social, e instaurando um "novo" trato para suas refrações no campo moral, solidário e voluntário da ajuda da sociedade civil em parceria com o Estado.

Nessa perspectiva, a ofensiva do capital, como resposta à crise na década de 1970, se expressa pelo processo de reestruturação produtiva impulsionada pela terceira revolução industrial, com a incorporação de avanços tecnológicos, que cada vez mais reduzem o trabalho vivo e ampliam, sem precedentes, o desemprego, que assume dimensões estruturais e engendra formas de precariedades nas condições de trabalho, dados os objetivos do capital de redução dos custos de produção, domínio do mercado mundial e a fragmentação (objetiva e subjetiva) da classe trabalhadora. Expressa-se, também, por uma ofensiva político-ideológica, de recomposição das bases de hegemonia do capital, que nasce na produção, na busca da captura da subjetividade do trabalhador, mediante a cooperação no processo produtivo e fora dele. Essa tendência se expressa numa cultura solidarista entre classes antagônicas tanto no enfrentamento da crise, quanto no trato da questão social, buscando deslegitimar a solidariedade social administrada pelo Estado - que deu origem às políticas públicas de corte social universalista, reatualizando práticas filantrópicas e o trabalho voluntário no trato das mazelas sociais e viabilizando a mercantilização de serviços sociais para o público que pode pagar por eles. Essa tendência mundial se instaura, redesenhando as funções e papéis do Estado, minimizando funções anteriormente assumidas por ele com a proteção social. Isso porque o Estado, na fase monopolista do capitalismo, legitimou-se socialmente - tendência que ganhou corpo principalmente nos países europeus, mas não exclusivamente nestes - como organizador, produtor, gestor e normatizador dos sistemas de proteção social, perspectiva que “se corporifica ganhando matizes adaptadas às condições políticas, econômicas e socioculturais vigentes em cada país, mas o fato inexorável é que o Estado passou a assumir, com maior ou menor ênfase, as funções acima mencionadas”. (DI GIOVANNI, 1998)

Assim, as interações e complementaridades com o sistema privado são uma realidade inerente a esses sistemas públicos, como o brasileiro. Entretanto assumem “novas” peculiaridades, sob novos discursos e determinações, em função da nova ordem mundial globalizada e das estratégias de enfrentamento da questão social, no contexto de avanço do neoliberalismo e de redefinições do papel do Estado, na proteção social aos trabalhadores, criando uma nova institucionalidade no modo de fazer política social.

Essas continuidades e rupturas manifestam-se na reatualização do modo histórico de enfrentamento das refrações da questão social, marcado pelo

conservantismo e reformismo integrador, regido pelo pensamento conservador e pelas constantes redefinições do “público” e do “privado” que as classes dominantes promovem em conformidade com as necessidades reprodutivas do capital. Esse contexto tem legitimado socialmente a ação privada no trato dessas refrações, de modo coordenado, sistemático, mas sob novos discursos que têm seduzido os setores populares e de esquerda, como a ampliação da “esfera pública”, do fortalecimento da sociedade civil, do retorno da solidariedade direta à sociedade, desresponsabilizando o Estado pela reprodução social do conjunto da classe trabalhadora, transmutando-a em responsabilidade moral, ou “social”, caritativa da sociedade civil, conformando, para a realidade brasileira, um “novo” e “velho” modelo de fazer política social que surge das iniciativas da sociedade civil e institucionaliza-se no aparelho de Estado, compondo o desenho da política institucional. Como visto anteriormente a família ao longo da história, passou por várias mudanças, e agora na contemporaneidade são explícitos novos arranjos familiares. Segundo KASLOW (2001)

Arranjo familiar: formas de organização interna à família, incluindo os papéis e funções familiares, modos de representar e viver as relações de gênero e de geração, de autoridade e afeto. Os arranjos familiares podem ser compreendidos em torno da relação de parentalidade (famílias com ou sem filhos, filhos conjuntos do casal, filhos de diferentes uniões, etc) e em relação à conjugalidade (famílias nucleares, famílias monoparentais, etc) e também em relação à presença de demais parentes e agregados (famílias nucleares e famílias com relações extensas).

Após a Constituição Federal de 1988, ocorreram diversas mudanças na configuração da família brasileira principalmente no que se diz respeito à definição de valores iguais sejam para os homens e mulheres, logo, essas definições foram ressaltadas no que diz respeito à perspectiva de gênero com isto a instituição passou cada vez mais a se organizar de forma diferente do modo patriarcal ou modelo nuclear de família adotada até então, muitas vezes como o correto.

A família, nas suas mais diversas configurações, constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída historicamente e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de usar capacidade de produção de subjetividade, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. (SAYONARA apud MIOTO, 2010, p. 167, 168).

Com base no estudo do autor citado, após a inserção do sistema neoliberal no Brasil, as transformações na organização familiar também foram mais intensas e continuam a evoluir tomando como exemplo as famílias monoparentais que em sua

maioria são chefiadas por mulheres, netos criados pelos avós, casais homossexuais com ou sem crianças, famílias reconstituídas depois do divórcio, famílias extensas incluindo três ou quatro gerações, pessoas vivendo juntas sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo. Sendo assim, transformam-se os vários conceitos de família. Isso demonstra que a família, inserida na sociedade de consumo capitalista, produz e reproduz o capital, ou seja, ela pode ser considerada produtora dos bens materiais e culturais, enquanto, ao mesmo tempo, pode ser uma consumidora de determinados bens.

A família, da forma como vem se modificando e estruturando, impossibilita a identificação como um modelo único ou forma ideal, manifestando-se em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares. Desta forma, somente algumas organizações são possíveis de serem citadas, apesar de que, ainda assim é difícil ter a certeza de que seguem de fato aquele padrão, pois cada família faz parte de um universo particular e único. KASLOW (2001) cita nove tipos de composição familiar:

- 1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos;
- 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;
- 3) famílias adotivas temporais (Foster);
- 4) famílias adotivas que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- 5) casais
- 6) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- 7) casais homossexuais com ou sem crianças;
- 8) famílias reconstituídas depois do divórcio;
- 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

Segundo ALMEIDA E ROCHA (2005) a história da família pode ser dividida em três estágios, no primeiro homens, mulheres e crianças trabalhavam juntas no campo. A unidade familiar era antes uma instituição de produção, no segundo dá-se a ruptura advinda com a Revolução Industrial e a industrialização e já no terceiro estágio que circunda pelo século XX, a família passa a ter a função de unidade de consumo.

Os vínculos subjetivos que se acredita pertencer às famílias principalmente as famílias pobres se dá pela falta de recursos que estas dispõem em seu interior sendo preciso recorrer financeiramente à família como um todo, não só aquelas que convivem debaixo do mesmo teto, mais sim aquelas que compõem os laços

consanguíneos e até a extensão destes, para assinalar tais questões temos as ideias de SARTI (2003) que anula a visão marxista, desconsiderando a família como reprodutora das relações de produção do sistema capitalista e considerando a família a partir de uma rede de laços que tem como princípio fundamental a solidariedade entre os membros da família.

Para SARTI (2003) “a primeira característica a ressaltar sobre as famílias pobres é sua configuração em rede”. A família não se limita ao núcleo, casal com filhos, mas seus fios são esgarçados e tecem uma rede que ultrapassa as fronteiras da conjugalidade e do espaço físico, a casa, tecendo uma trama de relações que atinge a rede de parentesco. As relações familiares se movem entre essa rede que disponibiliza, aos sujeitos da família, os recursos materiais e afetivos com que podem contar a autora delimita bem essa concepção de família quando descreve que.

A família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar a sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos. SARTI (2003, p.28).

As famílias pobres são as mais expostas às vulnerabilidades e precisam em maior intensidade do suporte da rede familiar (SARTI, 1996). No Brasil inúmeras pesquisas, entre estas, as realizadas pelas autoras citadas, constatam que as famílias chefiadas por mulheres estão submetidas à maior situação de pobreza e vulnerabilidade. Sendo que, para elas, a sobrevivência dessas famílias é possibilitada através da mobilização de uma rede familiar que está além dos limites de sua residência e efetiva-se na ajuda que a rede de consanguíneos (avós, irmãos, primos, tios, etc.) e parentes afins possibilita a estas mulheres, auxiliando-as não só no provimento do sustento, mas também no cuidado, educação, proteção e segurança do grupo familiar.

Depreendem-se a partir da visão da autora que esta comprova a tese dos autores estudados, quando diz que a família pobre está mais exposta a vulnerabilidade, mesmo sem ser seu objetivo acaba atestando a tese de autores de viés marxistas que colocam que existe uma verdadeira desigualdade social e isto se torna mais eloquente com a inserção do neoliberalismo, a família pobre, ou seja, as que pertencem a classe explorada precisam sobreviver a esta nova conjuntura desta forma utiliza-se dos seus membros para esta sobrevivência, daí

concluimos identificar as novas configurações familiares como as já citadas acima: famílias monoparentais, reconstituídas após divórcio, filhos sendo criados pelos avós... Enfim. As diferentes concepções de família na contemporaneidade estão intrinsecamente arraigadas na determinação do modo de produção capitalista, e que esta rede familiar de que fala a autora só existe, pois o custo de vida de uma família nos dias atuais é extremamente oneroso, sendo assim interessante e importante que o grupo familiar esteja entrelaçado na perspectiva de que todos do âmbito familiar possam sobreviver. (SARTI, 1996)

As relações de produção determinam todas as transformações existentes na formação das relações sociais é ele que determina as formas e modelos que mais lhes são propícios e vantajosos.

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais de existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem concomitante, as ideias e representações que expressam essas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia. (IAMAMOTO; CARVALHO 2007, p.30)

É *mister* a comprovação das determinações que inflexionam tais movimentos e as configurações impostas a todas as relações sociais existentes, isto significa dizer que as determinações também são válidas para a configuração da família. Não se dando, portanto como 'desejo', porém é sim imposição que lhe é dada a partir dos determinantes que precisa sofrer para se adequar aos ditames do sistema capitalista, mesmo que aparentemente seja uma escolha, as relações sociais aparecem em sua maioria esvaziada de sua história, a retificação do capital é, pois a forma mistificada em que a relação social do capital aparece na superfície da sociedade. Conforme as autoras a família brasileira em suas diversas formas está ligada às diferentes estruturas da produção capitalista. Apresenta relações diversificadas que demonstram as várias formas de estrutura familiar que o homem é capaz de desenvolver. Caracteriza-se também por divergências sociais de naturezas diversas como: violação dos direitos humanos, exploração e abuso, barreiras econômicas, sociais e culturais, que atrapalham o desenvolvimento dos seus membros, expressões da questão social que estão arraigados ao sistema de produção capitalista. (IAMAMOTO; CARVALHO. 2007).

5.2 Considerações sobre a família brasileira

Na formação brasileira de família é preciso se levar em consideração a miscigenação, ou seja, as raças: negra, branca e amarela e que as primeiras organizações familiares foram as indígenas que também mantinham as organizações em formas de tribos, onde asseguram a procriação, produção e manutenção da mesma através de sua cultura peculiar e de seus ritos próprios. No século XIX já se observava o padrão europeu de família patriarcal onde prevalecia a autoridade masculina do chefe ou “coronel”, que tinha o poder econômico e mando político e caracterizava-se principalmente pelo controle da sexualidade feminina e regulamentação da procriação, para fins de herança e sucessão, os casamentos eram realizados por conveniência. Com a diversidade territorial, encontramos distintos grupos familiares como: os compostos por sinhazinhas dóceis e passivas no Nordeste, voltada a atividades no interior da casa, no Sul o comando das mulheres bandeirantes, devido à ausência masculina por conta da guerra. Temos na família de origem africana (escravos) sequelas eloquentes de refrações da questão social tais como: o não reconhecimento da condição humana, os escravos moravam em senzalas em condições cruéis e tratados com total desprezo, com relações as crianças o abandono ou venda era constante por conta dos senhores de escravos. Com a proclamação da República a construção consolidada da burguesia se expande e observa-se a “padronização” da família nuclear moderna, onde segundo ALMEIDA E ROCHA (2005) a família padrão era caracterizada pela presença marcante do moralismo e controle sexual.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho rompe a tradicional divisão do trabalho. Até a década de 1970, as análises feitas acerca da família só são possíveis de serem identificadas a partir de estudos demográficos com pesquisa de fecundidade. A família cumpre importante papel na realidade social e econômica ao mesmo tempo em que é um espaço contraditório nas relações sociais. Partindo da abordagem econômica é preciso que a família brasileira se adeque aos ditames do desenvolvimento capitalista. SILVA (1982) coloca que a família cumpre o papel de barateamento da força de trabalho através de atividades desempenhadas no interior do lar, numa segunda jornada, necessária à reposição da força de trabalho pela incorporação da mão-de-obra feminina e infantil na produção social.

Portanto a família, para atender a essas necessidades, deverá formar seus membros no sentido de aceitar as inovações e de se dispor a seguir as demandas do capital, quer incorporando-se às atividades modernas, quer deslocando-se aos locais a que, no momento, o capital demanda um tipo específico de mão de obra. (SILVA 1987, p. 57)

Nos diversos segmentos das ciências a família é colocada, estudada e vista de diversos modos:

1. Na Sociologia- é uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Têm como função básica a socialização primária das crianças e de estabilização das personalidades adultas da população. É um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho, no qual os membros do sexo feminino se encarregariam da produção de valores de troca, através da venda da sua força de trabalho no mercado.
2. Antropologia – Família é um grupo social concreto e o parentesco uma abstração. É uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de descendência entre pais e filhos; a relação de consanguinidade entre irmãos e a relação de afinidade com o casamento. Sua contribuição principal está na discussão sobre o parentesco. Parentesco não é a mesma coisa de família. Para a antropologia as relações de parentesco, o casamento e a divisão sexual do trabalho são estruturas universais que existem em todas as sociedades, variando apenas as formas em que se combinam. A família é um grupo de procriação de consumo, lugar privilegiado onde incide a divisão sexual do trabalho em função da qual se determina o grau de autonomia ou subordinação das mulheres.
3. Psicologia – Família é definida como fábrica de ideologias autoritárias e de estruturas conservadoras; espaço social distinto, na medida em que gera e com substâncias hierárquicas de idade e sexo; espaço social onde as gerações se defrontam mútua e diretamente é onde os sexos definem suas diferenças e relações de poder.
4. Demografia – Família é definida como núcleo conjugal composto do casal e seus filhos, nos limites de um domicílio comum. (MACIEL, 2005, p.78).

Tomando o aspecto globalizado o qual aborda o capitalismo e as relações econômicas que o configura, pode-se inferir que a família brasileira perpassa a lógica do sistema de produção capitalista, legitimando a ordem e controle do capital. Como nos diz NEDER (1994) os modelos de família no Brasil na época da república são marcados principalmente pelos padrões positivistas inspirados em Augusto Comte, que concentrava um padrão de controle político e social excludente e de modernização conservadora.

O projeto republicano de militares inspirava-se no positivismo de Augusto Comte [...]. Assim como projetavam as modificações que adquiriram um caráter de modernização conservadora no plano econômico, mantendo, contudo, um padrão de controle político e social excludente, pensava-se também na organização da família moderna chamada nova família. Neste particular, evocava-se o padrão de organização burguês, com a família nuclear moderna. [...] Esta nova família já traz aspectos como o divórcio, nova parentela oriunda de outros casamentos e de 'liberdades' na vida sexual. Modernizaram-se, então, as concepções sobre o lugar da mulher nos alicerces da moral familiar e social. Ao contrário da família tradicional, a nova mulher moderna deveria ser educadora dos filhos e de suporte do homem para que este pudesse enfrentar a labuta do trabalho fora de casa. A 'boa esposa' a 'boa mãe' deveria ser prendada e deveria ir à escola, aprender a ler e escrever para desempenhar bem sua missão como educadora. (NEDER, 1994, p.31)

O processo que gesta ou transforma a configuração familiar é delimitada e imposta pelo sistema de desenvolvimento econômico brasileiro, se antes não era preciso que a mulher desenvolve-se atividades de chefias, tais como: cuidar e educar os filhos, esta mulher agora necessita saber educar e cuidar dos seus filhos, e desta forma sempre que necessária as transformações são gestadas pelo desenvolvimento econômico. Ribeiro (2011) também nos fala de algumas mudanças na organização familiar.

O fato de o homem adulto ter sido o mais afetado pelo desemprego nessa década, por exemplo, trouxe consigo enormes dificuldades para o desempenho do seu papel de até então, provedor do grupo familiar. Esse fenômeno, entre outros contribuiu para o expressivo aumento de separações conjugais ocorridos neste período. Entre 1984 e 1990, o número de separações e divórcios no país como um todo, passou de 70,4 mil para 148,7 mil, representando um incremento de 55,9%, enquanto, durante toda a década a proporção de famílias constituídas por casal com ou sem filhos aumentou em 30,1%.

Segundo MIOTO (apud GOLDANI, 1997), com base na análise da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio –PNAD(IBGE), a família dos anos de 1990 tem uma configuração marcada pelas seguintes características populacionais:

- 1) Número reduzido de filhos. A família brasileira entra nos anos 90 com uma média de 2,5 filhos, em contraposição aos anos 60, cuja média era de 6,3 filhos. Este dado indica queda acentuada da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras.
- 2) Concentração da vida reprodutiva das mulheres nas idades mais jovens (até trinta anos). Isto significa que as mulheres passam menos tempo de sua vida em função da reprodução e têm mais tempo para se dedicar a outras atividades (trabalho, relação conjugal).
- 3) Aumento da concepção em idade precoce. Isto implica o aumento da gravidez entre adolescentes.
- 4) Aumento da co-habitação e da união consensual. Este aspecto tem como consequência o fato de a co-habitação não ser mais considerado como sinal de pobreza. E, paralelamente ao aumento das uniões consensuais, houve um avanço da união legal (aumento do número de casamentos civis) em contraposição à união religiosa (queda do número de casamentos religiosos).
- 5) Predomínio das famílias nucleares (pai, mãe, filhos). Embora se registre uma queda desse tipo de organização familiar (em 1981, 81% das famílias eram nucleares; em 1989 essa porcentagem caiu para 79,5%), as famílias nucleares ainda são predominantes ao contexto brasileiro.
- 6) Aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como chefes de casa. Em termos de dados, em 1981 registrou-se 16,8%.
- 7) Aumento das famílias recompostas. Este fato é consequência do aumento das separações e dos divórcios nos últimos anos.
- 8) População proporcionalmente mais velha. O crescimento da população idosa está condicionado ao aumento da expectativa de vida média da população. A média de identidade da população brasileira em 1950 era de 18,8 anos e apenas, 4,2% tinham mais de sessenta anos. Em 1991 a idade média ficou em 24,8 anos, e a população acima de sessenta anos passou a

ser de 7,8%. Isto significa um aumento de encargos da família relacionado ao cuidado com idosos.

9) Aumento de pessoas que vivem sós. MIOTO (apud GOLDANI, 1997:118-119).

Além destas mudanças citadas pelo senso é importante perceber principalmente os dados sociais, levando em consideração as hipóteses lançadas nesta pesquisa, pois, diante do exposto conseguimos perceber o quanto a reprodução do sistema capitalista inflexiona a configuração ou reconfiguração da família, percebendo a dialética dos movimentos. O sistema neoliberal trouxe ao Brasil uma onda de desestruturação e flexibilização do mercado de trabalho com agravantes da questão social principalmente na família, tais como aumento do desemprego, analfabetismo em alto grau dos jovens de baixa renda, e um aumento significativo das mulheres inseridas no mercado de trabalho, visto as condições de vida às forçarem e sendo remuneradas desigualmente traçando o paralelo homem x mulher, e ainda sendo responsáveis pelos afazeres domésticos.

Em função de medidas de 'reestruturação' e 'flexibilização' do mercado de trabalho, constata-se, além da geração de desemprego aberto, a transferência de mão-de-obra de atividades de maior produtividade para outras de produtividade e rendas mais baixas [...] Os jovens que não estudam nem trabalham representam hoje uma proporção muito maior que no início dos anos 80, afetando principalmente aqueles pertencentes a famílias de baixa renda, constituindo-se num indicador do risco de marginalidade e de reprodução de famílias com elevada vulnerabilidade econômica e social. Por outro lado, amplia-se um desajuste crescente entre as remunerações desses jovens e seus níveis educacionais, o que foi chamada pela Cepal de 'espaços de frustração' [...] A participação das mulheres na economia continua a aumentar, sem que isso signifique um aumento na renda das famílias, persistindo uma marcada discriminação salarial. Por outro lado, isto ocorre num contexto que obriga as famílias a recorrer a estratégias de sobrevivência que implicam no aumento da carga de trabalho doméstico, sem que se produzam avanços paralelos na cobertura dos serviços sociais de apoio para o cuidado das crianças. (SOARES, 2009, p.52)

Conseguimos perceber as novas mudanças no Brasil a partir da inserção do contexto neoliberal, isto comprova as falas de ENGELS(1881, p.106) de que a família irá passar por várias transformações, ou seja, terá de progredir, avançar, de se reestruturar na medida em que os determinantes econômicos viáveis impuserem, os novos modelos de famílias e suas organizações nos fazem pensar na dialética da conjuntura que os inflexionam, fazendo cair conceitos da lógica da ideologia dominante de, por exemplo, existência de famílias 'desestruturadas', pensamentos arraigados e disseminados em uma cultura de viés positivista e que ainda é muito presente na sociedade, mas em contrapartida é perceptível o aumento das

expressões da questão social com esta nova demanda da família neoliberal, principalmente no que diz respeito às mínimas intervenções do Estado na garantia das políticas públicas, estas que por muitas vezes, acabam por desamparar em grande escala seus usuários portadores, neste caso a família, ou ainda, quando esta demanda atendida é apenas numa perspectiva seletiva, excludente e que age apenas paliativamente. Gueiros (1998) afirma esta colocação a partir de estudos referendados em YAZBEK (2001).

Assim, o 'modelo' é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas alterando a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de ideias liberais que referendam a desigualdade. Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade. (YAZBEK apud GUEIROS, 2001:37).

Podemos inferir a partir de tal colocação e baseada em outros autores como Castells (2001), Ianni (1997) e Giddens (2001) a redução do Estado e seu encolhimento, onde as políticas públicas não conseguem responder de forma eficaz e igualitária havendo uma verdadeira 'separação' social.

6. A FAMÍLIA BRASILEIRA SOB A AUTOCRACIA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Com as crescentes expressões da questão social no Brasil, a ideologia dominante do capitalismo começa a se reorganizar e desta forma implanta no Brasil algumas instituições para manter suas ideologias, ou seja, manter o consenso, pois precisa que a instituição que criara para a manutenção e legitimação de seus ideários não fugisse de sua tarefa primordial: a reprodução das relações de produção, assim observou-se no cenário nacional a criação dos chamados sistemas "S" SESI dentre outras, o Serviço Social da Indústria, que tem por atribuição estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem estar do trabalhador na indústria com uma política voltada para o bem estar do operário ou trabalhador para conseguir conter as refrações da questão social. Nota-se não só a preocupação da burguesia, como também da Igreja Católica que passa pela transição da perda do poder ideológico, e na classe trabalhadora uma aceitação maior com a vertente do comunismo. Desta forma inicia-se a partir de então trabalhos desenvolvidos pela

Ação Católica e várias outras modalidades são criadas no intuito de conter a questão social. A burguesia toma então diversas medidas para que a questão social não tomasse mais tanta proporção. Porém esta instituição cerca o trabalhador não só pelo ‘trabalho’ propriamente dito, o cerca também por outros ângulos como: educação, criando escolas profissionalizantes, entre outras artimanhas para ‘prender’ o trabalhador, desta forma são desenvolvidas ações como: o lazer e a cultura dentre outros, na tentativa de que trabalhador não pudesse se organizar enquanto classe, ou seja, fragmentando-a.

A partir de seus núcleos regionais terá por eixo dois centros de atividades: aquelas diretamente direcionadas como suas finalidades (serviços assistenciais, lazeres, educação popular, etc.) e atividades complementares (estudos e pesquisas econômicos sociais, preparação de técnicos, etc.) cuja atuação seria suportada por um departamento central e centros sociais nos bairros operários. (IAMAMOTO eCARVALHO. 2007).

Podemos perceber a estratégia do capitalismo em fazer com que o trabalhador se disponha além do seu período de trabalho a permanecer na instituição por serem oferecidos outros serviços de necessidades primordiais com o discurso de que a empresa têm se preocupado com outros aspectos da vida de seu empregado. Desta forma mais uma vez percebemos o controle do capitalismo sob a configuração da família, que coloca o trabalhador provedor, nesta conjuntura o pai de família a permanecer por tempo integral na empresa, modificando/alterando mais uma vez a forma até então da família, que neste período da história se caracteriza pela presença do autoritarismo da figura masculina o ‘pai’. Observamos neste período da história que o Estado junto à classe dominante busca através destas já referidas instituições controlar todos os passos do trabalhador e coloca a família nesta conjuntura como tarefa dispendiosa, exaustiva e cansativa.

As férias podem, pois, em certas circunstâncias, tornam-se contra procedentes. Que fará realmente o operário em férias se, em lugar da associação onde cultive seu espírito, existe o botequim corrompedor, se a habitação é uma pocilga, se a família atordoa com lamúrias, se os vícios são multiformes, acessíveis, vivem em cada canto acumplicados para seduzi-lo, narcotizá-lo e deprimi-lo, se lhe falta ambiente sentido ideal de vida? (IAMAMOTO eCARVALHO. 2007).

A partir do século XIX para XX conseguimos observar no cenário brasileiro ainda mais transformações no âmbito familiar e principalmente no que diz respeito às mulheres que saem de casa para o mercado de trabalho e a redução dos filhos e/ou planejamento deles com a recente opção dos anticoncepcionais, também percebemos as mudanças na família através do êxodo rural, onde as famílias

principalmente nas regiões Norte/Nordeste começam a migrar para as metrópoles em busca de melhores condições de vida.

Para as autoras IAMAMOTO e CARVALHO (2007), a condição urbano/rural foi a baliza para determinar o tipo de família. E, também, que a união do processo de urbanização e da industrialização da sociedade no século XX, juntamente com o fenômeno da migração, fizeram com que o controle da produção passasse gradualmente da família para os empresários capitalistas e para o Estado. Em decorrência desta união ocorreram o enfraquecimento das relações de parentesco, a redução do tamanho da família e a redução do poder do pai e do marido.

A presença do modelo patriarcal na família perdurou até o século XX, ou seja, até esta época era o 'modelo' *mor* de família somente após a Constituição de 1988 e que homens e mulheres assumem os mesmos direitos e deveres diante de uma sociedade conjugal, e a partir deste momento da história apesar da Constituição Federal assegurar muitos direitos assistimos no cenário nacional a perda de muitos destes, com a inserção de um modelo neoliberal e no que se refere à família temos apenas a despolitização e segregação das classes.

Assim, o 'modelo' é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de ideias liberais que referendam a desigualdade. Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade. (GUEIROS, 2002 apud YAZBEK 2001:37).

Observamos a partir da fala da autora o retrocesso em relação aos direitos sociais ora garantidos pela Constituição observamos o desmonte das políticas públicas e da redução para o Estado mínimo colocando assim a família sob a autocracia do capitalismo, reconfigurando-a a todo instante e momento e ajustando-a conforme suas exigências. E este flagrante da revolução contemporânea é observado principalmente com as famílias formadas por minorias como os homossexuais com casamento e adoção de crianças, também pelas novas formas de reprodução (inseminação artificial, doador de esperma, barriga de aluguel),

famílias adotivas, famílias monoparentais chefiadas por homens ou mulheres, famílias constituídas após o divórcio, famílias extensas incluindo três ou quatro gerações, porém ainda são observadas em grau ainda mais alto as chamadas famílias monoparentais que são constituídas ou pelo pai e filhos ou mãe e filhos...

6.1 Dilemas e desafios impostos à sociedade e ao Estado diante das novas configurações da família brasileira

No contexto atual de crises e reformas do Estado e avanço do ideário neoliberal como única alternativa, instauram-se e reivindicam-se “novas” formas de relação entre Estado/sociedade. Entre os argumentos dos neoliberais e de atores ditos progressistas, destacam-se: a superação do burocratismo, da impessoalidade, da institucionalização e hospitalização dos usuários de algumas políticas, do retorno da solidariedade para dentro da sociedade, da instauração de formas de participação popular e de controle social. São, portanto, resultantes das pressões das lutas sociais que agregam e adensam reivindicações, trazendo à cena pública os problemas sociais transformados em demandas políticas, introduzindo-as no campo das disputas políticas e das prioridades de políticas públicas. O Estado por sua vez utiliza como resposta às reivindicações da sociedade as Políticas Públicas que trazem o viés de responder ainda que de forma mínima às expressões da questão social, e estas políticas trazem a centralidade pautada na família como instituição primária e responsável pela socialização do indivíduo para de forma mais objetiva buscar responder a tais demandas, a família ganha um lugar de destaque na política pública e as novas tendências deste final de século são desenhadas a partir da inclusão da família como parceira do Estado, da sociedade civil e da iniciativa privada, aliada aos “processos de descentralização e de fortalecimento da gestão local”. Desta forma a questão social têm-se configurado como destaca,

[...] tem obedecido a uma dinâmica de continuidades e rupturas com as particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira através das quais o ordenamento burguês enfrenta as refrações da questão social sob novas determinações, particularidades ao contexto de globalização econômica-cultural quanto à financeirização do capital. (GUERRA 2005, p.10)

De acordo com a análise da autora o contexto em que vive a família pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas potencialidades e possibilidades. Isto gera ao Estado um enorme esforço na responsabilidade que este demanda na perspectiva da garantia de direitos à instituição família, visto que a não uniformidade, ou seja, as mais diversas formas de arranjos familiares demandam ao Estado um esforço

tremendo no sentido desta legitimação da garantia de direitos e a aceitabilidade postos à sociedade brasileira.

Os grandes desafios que se perpassam à configuração da família é o desmonte das políticas públicas voltadas para as mesmas, gerando marcas na sociedade brasileira como, por exemplo, o aumento do uso das drogas e outras, e atender e mediar estas famílias, principalmente as de baixa renda é o grande desafio para os profissionais que intermediarão nesta instituição social, pois as políticas de atendimento às famílias são focalizadas em pequenas partes, como por exemplo: maternidade e infância, menor abandonado, delinquente, menino de rua, excepcional e idoso, e principalmente os 'desestruturados'. GUEIROS (apud Sposati, 2002).

Esta ótica governamental exerceu e continua exercendo, ainda hoje influencia institucional e profissional, tanto nos órgãos oficiais como nos não-governamentais, reproduzindo, na ausência de um parâmetro geral mais crítico, um desempenho bastante comprometedor no tratamento da família como um todo. As milhares de famílias em condições de miserabilidade adquirem, cada vez mais, dimensões complexas e desumanas e constituem uma verdadeira violência social, onde os seres humanos não passam de números descartáveis ou considerados biodegradáveis.

A família 'pobre' sobrevive à duras penas para garantir sua sobrevivência é necessária à interligação dos membros e desta forma a família nuclear sai de cena para dar espaços aos parentescos e conterrâneos que vivem sob o mesmo teto GUEIROS(apud Sposati, 2002).

Os dilemas passam ainda por uma submissão a uma alienação consentida. O uso de bebidas alcoólicas pelos adultos ou a cola de sapateiro por crianças/adolescentes parece ser um vício compulsório à vida desta população, seja porque já enganou ou engana a fome, seja porque, na exclusão e na discriminação a que estão submetidos, só resta alienar-se cada vez mais. A ausência de privacidade, ou melhor, a co-habitação com a promiscuidade e a falta de descanso mostra claro a fadiga no rosto os 365 dias do ano, ano após ano, não que eles não tenham nenhuma espécie de lazer, porém o desgaste se acumula na linearidade do próprio viver. Por tanto a cada descompasso imposto pelo sistema capitalista vão sendo colocadas novas demandas a configuração da família brasileira e o grande desafio gerado para Estado/Sociedade.

É compreensível que neste contexto o trânsito da submissão à rebelião se faça sem mediações; se faça como explosões que machucam, violentam e matam a

si próprios e seus pares numa convivência familiar e comunitária estressante. São explosões e revoltas também para fora, dirigidos aos dominantes (os arrastões ao Rio de Janeiro, os quebra-quebras de ônibus) ou as instituições (as rebeliões nas FEBEMS, nas casas de detenção). (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Pois quando o rio vem com as tormentas arrastando tudo o que vê, lhe é mais fácil julgar e dizer que ele é monstruoso, porém ninguém resolveu parar e olhar às suas margens que eram violentadas de forma monstruosa e desumana, parafraseando Carvalho o rio encontrou nesta tormenta a única forma de também poder dizer que estava sendo violentado.

Pautado nas análises pela autora, os dilemas e desafios postos a sociedade e ao Estado brasileiro diante das novas configurações de família são enormes e macro sociais, necessitando desta forma de políticas que atendam o todo, pois, as desigualdades sociais são gritantes e é preciso de forma urgente a busca de uma radical distribuição de renda. É preciso que para a sobrevivência e existência cotidiana familiar, algumas ações precisem, além de compensar, alterar esta vivência. É preciso retomar as unidades família e comunidade como ponto de partida de prática social alterativa e não simplesmente alternativa. Isto significa que a família tal qual a comunidade precisa de apoios direcionados ao maior e melhor usufruto de bens e serviços indispensáveis à alteração da qualidade de vida e exclusão a que estão submetidas, a multiplicidade das expressões da questão social se configuram de maneira cada vez maior, cada vez mais eloquente, visto que, cada vez mais se agudizam, as expressões da questão social e a cada dia mais a redução do Estado torna este desafio mais utópico, cada vez mais mínimo e as políticas públicas de atendimento às famílias cada vez mais segregadas e elitistas, e também é crescente o aumento da desresponsabilização do Estado no crescimento do chamado Terceiro Setor que também adquire a responsabilidade de políticas de atendimento a curto prazo tentando na imediatividade resolver os problemas que se arrastam a muito tempo.

6.2 Famílias e suas vulnerabilidades sociais: Uma expressão da questão social.

Antes de destacarmos o termo vulnerabilidade se faz importante e necessário pontuar o termo exclusão social, uma construção teórica que vem antes do conceito de vulnerabilidade que veio para distinguir situações sociais extremas, de marginalidade ou pobreza. O conceito de vulnerabilidade para alguns estudiosos

têm sua causa na leitura de países e em desenvolvimento, principalmente nos da América Latina e que estes não podem se resumir nas separações de pobres e ricos de incluídos e excluídos. Diante dos diversos significados dados ao termo, vulnerabilidade social, observa-se um consentimento no que diz respeito a esta dicotomia: a identificação de situações graves de inclusão e exclusão, levando a um sentido dinâmico para os estudos das desigualdades, a vulnerabilidade em países menos desenvolvidos esta relacionado à ideia de desemprego, a precariedade do trabalho, a pobreza, a falta de proteção social ou acesso aos serviços públicos, à fragilidade dos vínculos familiares e sociais. O termo vulnerabilidade tem inclusive levado à construção de indicadores sociais amplos não se resumindo exclusivamente a pobreza em si, conforme encontramos em Yazbek (2001).

Um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade ruins) [...]. São considerados como elementos relevantes no entendimento da privação social aspectos como a composição demográfica das famílias aí residentes, a exposição a situações de risco variadas (como altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta, etc.), precárias condições gerais de vida e outros indicadores (Centro de Estudo da Metrópole, 2004, apud Yaszbeck 2001, p.21).

A noção de vulnerabilidade inclui, entre outros a fragilização de vínculos afetivos, tanto os de pertencimento, quanto os relacionados à discriminação etária, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outros. Vejamos a definição de vulneráveis conforme Yazbek(2001). Vulneráveis são as pessoas ou grupos que por condições sociais, de classe, cultura, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde, distinguem-se por suas condições de vida. O que implica: suscetibilidade à exploração; restrição à liberdade; redução da autonomia e da autodeterminação; redução de capacidade; fragilização de laços de convivência; rupturas de vínculos e outras tantas situações que aumentam a probabilidade de um resultado negativo na presença de risco. A gravidade do quadro de pobreza e miséria, no Brasil, constitui permanente preocupação e obriga a refletir sobre suas influências.

Baseado nos estudos da autora, os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. A renda média brasileira é seis vezes maior que o

valor definido como linha de indigência, ou seja, se a renda brasileira fosse igualmente distribuída, estaria garantido a cada pessoa seis vezes aquilo de que necessita para se alimentar.

As mudanças geradas na política econômica brasileira geraram marcas profundas na vida econômica, social e cultural da população, onde a riqueza é exacerbada somente a alguns e a pobreza exacerbada para a maioria, desta forma esta distribuição não é pautado na justiça e nem no atendimento de necessidades básicas da maioria da população, gerando desta forma “um apartheid social”, segundo VÉRAS (2003) no qual a estrutura de poder é centrada em um modelo econômico que gera riqueza para poucos e pobreza a muitos.

Toda essa estrutura de poder traz a tona as desigualdades sociais e de renda das famílias, lesando as condições de sobrevivência, e deixando um campo minado às expectativas de superação deste estado de pobreza, legitimando a submissão aos serviços públicos e precários e, diga-se de passagem, impondo sacrifícios e renúncias para as famílias vulnerabilizadas, tais situações trazem as famílias vulnerabilizadas o enlace com a miséria estrutural que obriga o homem ou mulher ao desemprego, subemprego, de acordo com KALOUSTIAN E FERRARI (1994).

Por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial. Afirmando a isto, MARTINS confirma (1993) a criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada.

A Constituição Federal preconiza que além da comunidade e do Poder Público, a família é a responsável pela proteção da sua prole, fato este que se torna paradoxo, pois, diante das mínimas condições socioeconômicas vivenciadas, esta sofre de exclusão social, o que resulta na injustiça social causando impasse ao convívio saudável da família, contribuindo para o desequilíbrio das relações e as fissuras familiares.

PETRINI (2003) traz a discussão de que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente as tarefas primárias de socialização e amparo, serviços aos seus membros escancaram-se as situações de vulnerabilidades. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda a

família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência contribuindo na mira para atingir diretamente os mais vulneráveis deste grupo: os filhos vítimas da injustiça social que se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais, isto leva a consequências do que podemos chamar de ciclo vicioso a família pobre precipita a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de contribuir com o orçamento doméstico e esta situação aparentemente temporária pode se estabelecer à medida que as articulações na rua vão se fortalecendo ficando o retorno e fortalecimento de vínculos cada vez mais distante. Segundo Vicente (1994). O ser humano é complexo e contraditório, ambivalente em seus sentimentos e condutas, capaz de construir e de destruir, em condições sociais de escassez, de privação e de falta de perspectiva, as possibilidades de amar, de construir e de respeitar o outro ficam bastante ameaçadas. Na medida em que a vida à qual está submetido não o trata enquanto homem, suas respostas tendem à rudeza da sua mera defesa da sobrevivência.

Percebe-se desta forma que a família ao fragilizar, romper com os vínculos produz sofrimento levando a descrença e baixo auto estima de si próprio, tornando frágil o individuo se desfaz do sentimento de pertença, de laços afetivos, sentindo-se desassociado desta família, concluindo-se na face mais cruel e de disparidade econômica e social ao qual esta sujeita a família pobre. Isto nos leva a refletir sobre o esgarçamento dos vínculos familiares, retrato vivo do espelho ao qual a crise econômica impõe as famílias pobres, sendo esta uma mola propulsora para o surgimento das expressões da questão social.

A ausência do cumprimento da legislação de proteção social aliada à ausência de políticas públicas de apoio remete muitas famílias à condição de vulnerabilidade, as quais nem sempre conseguem cumprir suas tarefas de proteção e provedoras, segundo afirma GOMES E PEREIRA (2005). “O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica”. Sob a análise da questão social, cabe observar que sua passagem do domínio privado, caracterizando pela relação capital/trabalho para a esfera pública foi promovida pelas lutas sociais, as quais a transformaram em questão política, e isso exigiu a intervenção do Estado no reconhecimento de novos atores sociais, como sujeitos de direito e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais. Conforme PASTORINI(2004).A questão social na sociedade

capitalista tem sua gênese nos problemas sociais a serem resolvidos nas diferentes formações sociais pre-capitalistas, mas sua origem data da segunda metade do século XIX, quando a classe operária faz sua aparição no cenário político na Europa Ocidental; em definitivo quando a questão social torna-se uma questão eminentemente política.

Destaca-se desta forma que a análise da questão social não é compreendida simplesmente ou como sinônimo de problema social e/ou pobreza que considera o indivíduo isoladamente ou a certos grupos sociais a responsabilidade ou culpa pelo conjunto de carências e privações por eles vivido. Desta forma observa-se que a pobreza é uma das diversas expressões da questão social, levando-nos a percepção do quadro de pobreza e miséria no Brasil, e o seu impacto no campo social e, principalmente no trabalho junto a famílias, na qual as políticas públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva. De acordo com YAZBECK (2003, p.62). “são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social”. Isto nos leva à compreensão que a pobreza não é uma “doença”, nem tampouco incapacidade dos indivíduos (e suas famílias) em promover sua existência, porém está intrinsecamente ligada ao não acesso de bens e serviços indispensáveis ao desenvolvimento do ser humano, apontando para o aguçamento dos conflitos sociais, decorrentes da relação dialética entre capital e trabalho.

Depreende-se que, a situação de vulnerabilidade social ao qual estão expostas as famílias pobres está enraizada à miséria estrutural. Conforme nos aponta VASCONCELOS (1999, p.13).A família é apenas uma das instâncias de resolução dos problemas individuais e sociais. Os serviços públicos devem ser flexíveis para responder de forma diferenciada às diversas formas de apresentação dos problemas locais. Apenas aqueles a quem interessar esconder conflitos de classe social, de raça e sexo, negar a relação fundamental dos problemas pessoais com a forma de organização do Estado e da economia, bem como diminuir a importância das lutas dos movimentos sociais e dos partidos políticos, é que busca colocar a família como centro absoluto da abordagem dos problemas sociais.

Todo esse debate nos leva ao entendimento como afirma OZANIRA (2010)de que “é o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, é a repartição injusta e desigual da renda nacional entre

as classes sociais” que são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição de riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; e não participação.

6.3 As respostas do Estado brasileiro e a proteção social à família na contemporaneidade

As milhares de famílias em condições de miserabilidade adquirem, cada vez mais, dimensões complexas e desumanas e constituem uma verdadeira violência social, onde os seres humanos não passam de números descartáveis ou considerados biodegradáveis. No Brasil com as inúmeras e crescentes expressões da questão social, se faz necessário políticas públicas que venham a responder as profundas transformações sociais, econômicas, culturais, éticas, logo a atenção à família através das políticas públicas adequadas vem para responder ainda que de forma mínima às inquietações perpassadas pelas famílias. Para responder às pressões das novas forças sociais urbanas o Estado desenvolve esforços reformadores e neste cenário, o sistema produtivo brasileiro, se dualiza: de um lado, desenvolve-se fortemente apoiado na capacidade contributiva dos trabalhadores, particularmente do mercado formal de trabalho, e de outro vai destinar aos mais pobres, trabalhadores de um mercado informal, um ‘modelo de regulação de benemerencias’. (SPOSATI 1994, p.08).

A intervenção do Estado se dá no processo de reprodução e distribuição da riqueza, para garantir o bem estar dos cidadãos. Assim sendo, o sistema protetivo de uma sociedade permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. E é dessa forma que as políticas públicas voltam-se para a realização da garantia dos direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado. Assim sendo conforme JACCLOUD, “a proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou de privações sociais.” (JACCLOUD2009, p.58). E essas respostas vêm nas formas de políticas públicas.

Para CASTEL (2005, p. 92), a proteção social é condição para construir uma “*sociedade de semelhantes*: um tipo de formação social no meio da qual ninguém é excluído” Para o autor ser protegido do ponto de vista social é dispor, de direito, das condições sociais mínimas para ter independência. No modelo (neo)liberal, ao qual está inserido o Brasil a proteção social é legitimado, sob nova roupagem, já que o Estado não pode se desvencilhar da proteção social, embora a faça, distribuindo responsabilidades com a sociedade civil, uma co-responsabilização pelo atendimento das refrações da questão social, reorganizando suas funções, diminuindo-as quanto à garantia de direitos e abrindo amplos espaços de atuação da iniciativa privada. Essa perspectiva da proteção social tem significado, sem dúvida, um retorno ao âmbito privado da reprodução social dos trabalhadores e sua família.

Porém é preciso destacar que mesmo de forma mínima, o Estado vem buscando responder a essas demandas impostas, deste ponto então é possível observar os vários segmentos de políticas públicas que visam responder às demandas da família, sem dúvida, nos anos recentes está os Programas de Transferência de Renda, com destaque para o Programa Bolsa Família, a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a formulação da Política Nacional de Assistência Social com a criação do Sistema Único de Assistência Social, alcançaram grande centralidade neste sistema brasileiro de respostas à Proteção Social. Nessa direção, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS buscou incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que diz respeito à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Além das Políticas Públicas o Estado também utiliza como estratégia para responder às demandas da família, a articulação de atendimento em rede. A família e políticas sociais de proteção social apresentam funções correspondentes e essenciais frente à situação de vulnerabilidade social segmentos representativos da sociedade. Mas, além da sua importância nas políticas não podemos esquecer das estratégias que são criadas, como as redes sociais, como já mencionado anteriormente esta estratégia têm buscado responder às demandas postas do ponto de vista de uma maior e melhor abrangência tentando abarcar a grande gama das expressões da questão social e utiliza como locus principal a família.

Conforme afirma CASTELLS (1999) não se pode pensar na questão das políticas sociais de proteção social a família sem atentar para as construções das

redes sociais no Brasil. As redes sociais são constitutivas dos processos históricos e culturais do país e perpassam todas as classes sociais, particularmente as famílias empobrecidas, se constituindo enquanto estratégias fundamentais de proteção e sobrevivência. A novidade da proposta de gestão em rede se coloca como a necessidade de romper com os modelos hierárquicos e centralizados de organização e de assumir um modelo descentralizado, flexível e horizontal de organização da proteção social, contando e articulando a contribuição e os recursos de cada agente dessa proteção. Porém se faz necessário pautar e parafraseando Marx é preciso homens para por as ideias em práticas, ou seja, diante dos grandes desmontes no que tange a perspectiva dos direitos que a família vem passando, se faz necessário, atores que estejam empenhados na busca efetiva da garantia destes direitos, pois como afirma VIEIRA: “Sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto”. Não existe direito sem sua realização e sem suas mediações e a Política Social é sem dúvida mediação fundamental, nesse sentido. Se entendermos que, no contexto de crise e na nova ordem das coisas, está em disputa, uma direção para a sociedade brasileira, cabe interferir na construção dessa direção onde a medida sejam os interesses das classes subalternas na sociedade. Cabe construir sua hegemonia, criar uma cultura que torne indeclináveis seus interesses. Para isso é preciso enfrentar desafios e nos desvencilhar de certas determinações e de certos condicionamentos impostos pela realidade mesma em que estamos inseridos e de algum modo limitados por ela. Parafraseando CARVALHO (2007) ‘estamos no olho do furacão’. E, embora saibamos que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no Brasil, não podemos duvidar das virtualidades possíveis dessas políticas. Elas podem ser possibilidade de construção de direitos e iniciativas de "contra-desmanche" de uma ordem injusta e desigual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de família como “célula mater” ou como “a base de tudo” acabam impondo a mensagem de que a instituição família é conhecida por todos, tanto no plano da idealização daquilo que se busca realizar e repetir, quanto no plano da referencia social que institui a lente com a qual os indivíduos tendem olhar (e também avaliar) as famílias que vivem seus dramas diários.

Perfazendo uma abordagem histórica baseado em autores como Engels que utiliza os estudos de Morgan que resgata as origens primitivas das famílias ou tal como eram chamadas as gens, é possível observar todas as mudanças ocorridas na configuração da família, pautadas no contexto das relações de produção do sistema capitalista, deixando explícito que a família se modificou conforme as determinações do referido sistema e que nunca existiu um modelo e/ou forma padrão dentro da história. Em seguida pauta-se a discussão da família brasileira, fazendo um percurso desde a colonização do Brasil e de suas características devido principalmente à sua miscigenação, observando as mudanças culturais que se espalham por todo o país colocando o ingresso da mulher no mercado de trabalho e das desigualdades de renda existentes no país, das abordagens segundo a ciência do conceito e ou definição de famílias e como são tratadas segundo seus conceitos, pauta-se também a inserção do sistema neoliberal e as ‘contra-reformas’ que atingiram de modo mais agudizado à família.

Depois focaliza-se as tendências contemporâneas tanto para o capitalismo como para as famílias e suas configurações que se pautam nesta reorganização do contexto neoliberal e de suas tendências, demonstrando que a partir da inserção deste ‘sistema’ agudizaram-se as expressões da questão social e as ondas de desindustrialização e terceirização são características deste novo segmento. E assim chegam-se as novas configurações de família na contemporaneidade como: família monoparental, filhos que são criados pelos avós, famílias constituídas após divórcio, dentre tantos outros rearranjos familiares.

Seguindo coloco os dilemas e desafios postos ao Estado/Sociedade visto que, cada vez mais as políticas públicas que amparam esta instituição são cada vez mais mínimas, excludentes, seletistas, e que desamparam totalmente as famílias

brasileiras colocando-as num cenário desprotegido e cada vez mais vulnerável a todas as situações pelas quais necessitam ultrapassar. Os desafios a estes são macrossociais, e a cada dia mais ganham enorme conotação, pois as mazelas sociais que se arrastam ganham cada vez mais força e se tornam grandes desafios tanto ao Estado quanto à sociedade que é quem vive na “carne” essas expressões da questão social. E o desafio impostos ao Estado, diante desses novos arranjos e que necessita desta instituição no sentido de legitimação e proteção dessas novas configurações de família.

Por seguinte coloco às respostas que o Estado traz a estas demandas colocando as estratégias de resposta que este utiliza como a intervenção em rede, e a articulação com a sociedade civil e o setor privado, partilhando com esses atores às responsabilidades no intuito de chegar às respostas de forma mais eficaz e que visem a responder de forma mais eloquente e mais abrangente visando atingir a totalidade. Sabemos que o desafio de construir Políticas Públicas e especialmente Políticas no campo da Proteção Social nesses tempos de crise e de transformações no capitalismo e na vida social não é fácil. Sabemos também que a extensão das proteções é um processo histórico de longa duração, que funciona em grande parte de mãos dadas com o desenvolvimento do Estado e as exigências da democracia, e sem dúvida jamais esteve tão presente como hoje quando o direito a ser protegido [...] *“exprime uma necessidade inscrita no cerne da condição do ser humano”*...(Castel, 2005: 89-90).

É preciso tomar a família como unidade primordial visto que diante da reestruturação produtiva é quem mais sofre com as expressões da questão social com a amplitude cada vez mais eloquente das desigualdades causadas pelo referido sistema de produção capitalista.

Desta forma podemos afirmar que como dito acima nunca existiu esse ou esses modelos de família, mas que esta foi inflexionada durante o percurso da história pelos determinantes do capitalismo, que suas composições estabeleceram-se conforme as relações de produção que seriam mais apropriadas dado o momento histórico vivenciado assim como nos afirma (Bruschini apud Maciel, 2005) “Isto posto, é crível assegurar que a instituição família é uma criação humana que adquire as cores e o tempero do tempo e lugar em que está situada”. Logo a aceitação de uma visão de família, como a exposta aqui, leva-nos a conseqüentemente recusar aquelas que veem a família como algo natural e eterno, desligado da dinâmica social

e configurada apenas como grupo primário de relacionamento e afetividade. Consideramos também a rejeição aquelas posturas que, tomando efeitos por causas, consideram a sociedade como “somatório das famílias” e atribuem à família a responsabilidade, exclusiva, pelos males que surgem na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA; Rocha.** A Família e suas mudanças. 2005. Disponível em:<www.portaleducacao.com.br> Acesso em: 04/10/2013.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara roogan, 1981.
- BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006). Brasília/DF, 2006.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de, **A priorização da família na agenda da política social**, revista quadrimestral de Serviço Social. Família2002.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social uma crônica do salário.** Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- CASTEL, Robert. As transformações da Questão Social. In Desigualdade e Questão
- CASTELLS, Manuel.** A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. 1999. v. 1.
- Cronenberg; Solange Maria Teixeira; Izabel Herica Gomes M..** Famílias Vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>> em: 07/10/2015.
- DI GIOVANNI, G.** Sistema de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. de (org.). Reforma do Estado e política de emprego. Campinas-SP: IE/UNICAMP, p.9-29, 1998.
- ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: civilização brasileira. 1984.
- FALCÃO, Juliana. Elas realmente não fogem à luta. Disponível em:<<http://www.geogle.com.br>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2013
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário** século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,2001.
- GIDDENS, Anthony et al.** Modernização reflexiva. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.

GOLDANI, A. M. **As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas.** In: **Cadernos de pesquisa**, n.91. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Cortez, 1997.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar**, revista quadrimestral de Serviço Social. Família2002.

GUERRA. Y. A Racionalidade das formas de enfrentamento da questão social: o público e o privado no Brasil (do) real. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, 2005, São Luís. Anais... Maranhão: UFMA, 2005. 1 CD-ROM.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico.** (Marilda Vilela Iamamoto; Raul de Carvalho 20 ed – São Paulo, Cortez: [Lima, Peru] CELATS, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela: **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 7º ed. Cortez, 2004, 20, 123p.

IANNI, **Octávio.** Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JACCOUD, **Luciana de Barros.** Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In *Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

Kaloustian SM & Ferrari M 1994. Introdução, pp. 11-15. In SM Kaloustian (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília.

KASLOW, Silvio Manoug (org.). *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, Brasília/DF, UNICEF, 1994.

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social- Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

LOUIS, Althusser. **Aparelhos ideológicos de Estado. Nota Sobre Aparelhos Ideológicos de Estado.** 1 ed. Graal 1987.

MACIEL, CARLOS ALBERTO BATISTA, **A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social**, revista quadrimestral de Serviço Social. Família. 2002.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MARTINS, J. S. (Org.). O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MIOTO, R. C. T. **O Trabalho com redes como um procedimento de intervenção profissional: o desafio de requalificação dos serviços**. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v.5, n.1, p-51-58, 2002.

NEDER, Gizlene. **Ajustando o foco das lentes: Um novo olhar sobre a família brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef 1994

OLIVEIRA, Aloídes Souza de. Família: um desafio para os assistentes sociais. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11575&revista_caderno=14>. em: 16/04/2016.

OLIVEIRA, F. Prefácio. In: RAICHELES, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

PASTORINI, A. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. Pereira. **Política Social temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

Pereira; Mônica Araújo Gomes; Maria Lucia Duarte e. Família em situação de vulnerabilidade social: Uma questão de Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232005000200013>

Petrini JC 2003. Pós-modernidade e família. Ed. Edusc, Bauru.

REVISTA QUADRIMESTAL de Serviço Social, Ano XXIII-n.71-setembro 2002

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Lídia Maria M.R da. **Serviço Social e família: A legitimação de uma ideologia**. 2ed. São Paulo: Cortez 1984.

SILVA, M. J. Família e política de assistência social: o debate entre a provisão de mínimos e as necessidades básicas. In: JORNADA INTERNACIONAL EM POLITICAS PUBLICAS, 3., 2007, São Luís, Anais... Maranhão: UFMA.

SILVA; Maria Ozanira da Silva e. O DEBATE SOBRE A POBREZA: questões teórico-conceituais. 2010. Disponível em:<<http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download>>.em: 07/10/2015.

SILVA; Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Disponível em:<<http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download>>.em: 07/10/2015.

SOARES, LAURA TAVARES. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**- 3. Ed. - São Paulo, Cortez, 2009. - (coleção da Nossa Época; v.78).

Social. São Paulo, EDUC, 2005 (3ª edição).

SPOSATI, Aldaiza, 1994. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes.** In Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

SZYMANSKI, Heloisa, **Viver em família como experiência de cuidado mútuo,** revista quadrimestral de Serviço Social. Família 2002.

TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. **O desafio da política de atendimento à família: dar vida as leis- uma questão de postura,** revista quadrimestral de Serviço Social. Família2002.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital.** São Paulo: Cortez, 2008.

TOLEDO, CAIO N. de. **Crônicas de uma morte anunciada,** revista quadrimestral de Serviço Social, Ano XXIII-n.71-setembro 2002.

VASCONCELOS, Eymard M. A Priorização da Família na Política de Saúde. Revista Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 23, n. 53, p. 6-19, set./dez. 1999.

Véras MPB 2003. Prefácio à edição brasileira, pp. 13-29. In S Paugam. Desqualificação social – ensaio sobre a nova pobreza. Trad. de C Giorgetti & T Lourenço. Ed.Cortez/Educ, São Paulo.

Vicente CM 1994. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo, pp. 47-59. In SM Kaloustian (org.). Família brasileira, a base de tudo. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil.** In: Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

Serviço Social (ABEPSS), ano II, n. 3, jan. a jun. de 2001. Brasília, ABEPSS e GRAFLINE.